

DO JAPÃO PARA O BRASIL: As alavancas que impulsionaram a partida

Yoshikazu Yamochi*

As análises sobre a imigração japonesa no Brasil devem partir de uma consideração da condição geral do desenvolvimento capitalista do Japão, buscando, assim, as possíveis causas da mobilidade espacial desses imigrantes.

Por outro lado, não poderia deixar de lado a relação entre este desenvolvimento e a transformação do sistema de trabalho rural no Estado de São Paulo, com a introdução das empresas agrícolas cafeeiras e o avanço da frente de expansão, principalmente para o Oeste de São Paulo e posteriormente para o Norte do Paraná. Destarte, não se pode deixar de verificar a origem dessas circunstâncias que "incentivaram" a vinda dos japoneses para o Brasil.

Muitos estudiosos do assunto comentam que quando a corrente migratória japonesa se iniciou para o Brasil, no início do século já havia no Japão uma longa tradição de migração tanto para o interior (principalmente para a região Norte, denominada Hokkaido), como para o Exterior (Havaí, EUA, Canadá e Peru, etc.).

Após a Restauração Meiji (1868), o movimento migratório interno no Japão foi muito intenso, devido ao desequilíbrio econômico no setor da agricultura, com os problemas de superpopulação, a seca, os tributos pesados, o endividamento para pagamento de impostos etc. .

* O presente artigo é parte integrante da Dissertação de Mestrado (Capítulo 3), sob a orientação da Profa. Rosa Esther Rossini da USP-91. O autor agradece a revisão crítica da Profa. Yoshiya Nakagawara Ferreira da UEL.

Os não sucessores das propriedades, ou seja, os não primogênitos, os agricultores pobres ou não-proprietários da terra, não tiveram nenhuma segurança econômica. Em consequência, não tiveram nenhuma possibilidade de ascensão social e política nas suas comunidades natais, a não ser sobreviver mediante a prestação de serviços extras ao seu patrão ou a outros agricultores abastados. (1)

Para melhor compreender as causas do desequilíbrio econômico da época, é necessário esclarecer o processo de passagem ao desenvolvimento capitalista deste país, principalmente o processo de formação do feudalismo japonês e a mudança deste sistema feudal para o Estado moderno.

Anderson (1985)² faz um ensaio sobre a formação do Estado Feudal, na sua obra "Linhagem do Estado Absolutista", e escreve que a constituição do Estado imperial centralizado no Japão teve início no século VII a.C., e o rompimento desses conjuntos de linhagem familiares nobres e de agricultores independentes iniciou-se com a formação pela primeira vez, de um sistema de Estado unitário em 646, denominado de Reforma Taika (Taika-no-Kaishin).

"Administrativamente modelado no império T'ang da China contemporânea, o novo Estado japonês, que chegou a ser regido pelos Códigos Taiho, surgindo no início do século VIII (702), era baseado num monopólio imperial de proprietários fundiários. O solo era distribuído em pequenos lotes, periodicamente redistribuídos aos agricultores arrendatários, que deviam tributos em espécie ou corvêia ao Estado: inicialmente aplicado nos domínios familiares da própria linhagem imperial o sistema de distribuição gradualmente atingiu o país de ponta a ponta no próximo século, mais ou menos. O domínio foi sistematicamente dividido em áreas, províncias, distritos e aldeias, todos sob firme supervisão governamental." (3)

No entanto, este tipo de redistribuição de lotes vai ser efetivamente abandonado em 844 por causa da pressão ou desintegração dos próprios corpos governantes, causando o surgimento de Estado semiprivados ou **Sho-en** nas províncias, nos domínios de propriedade dos nobres ou nos monastérios.

E os camponeses que cultivavam os **sho-en** passaram a pagar os seus tributos diretamente aos seus senhores e não mais ao Estado.

"A organização interna dos feudos japoneses foi grandemente influenciada pela natureza da rizicultura, ramo básico da agricultura. Não havia um sistema de três campos de tipo europeu, e os servos eram comparativamente insignificantes, dada a ausência de criação. As faixas dos camponeses eram menores do que na Europa e os aldeões em menor número, em meio a uma grande densidade da população rural e escassez de terras. Acima de tudo, não havia um sistema de apropriação real dentro da propriedade. (...) os direitos divisíveis de apropriação do produto eram recolhidos uniformemente do total da produção do **Sho-en**."(3)

No cenário político, a aristocracia da corte (**Kuge**) desenvolveu uma forte e organizada cultura civil, e a família Fujiwara conseguiu ascender nesse meio durante muito tempo sob a própria dinastia imperial. Mas, fora da capital, Kyoto, a administração imperial estava cada vez mais decadente e os membros das tropas alistados anteriormente transformaram-se gradualmente em nova nobreza militar de guerreiros - bushi ou samurai - particulares, com a finalidade de defender os proprietários **sho-en**.(4)

Os conflitos civis aumentaram e continuou a insegurança social em decorrência da privatização do poder coercitivo até o século XII, quando foi criado um

novo aparelho militar de Governo sob o comando do "**Sho-gun**" (generalíssimo), representado pelo "Minamoto-no-Yoritomo". (5)

Assim, o poder real foi transferido por algum tempo para a capital independente, KAMAKURA, na mão do Shogunato.

No entanto, no final do século XII, quando o Shogunato Ashikaga sucedeu ao poder, financeiramente e militarmente enfraquecido por enfrentar os sucessivos conflitos internos, o governo do Kamakura desmoronou-se. Isso faz surgir, após a insurreição das Guerras Onin (1467-77), o processo de expansão do feudalismo no campo.

No meio de uma onda de anarquia, os senhores regionais foram cada vez mais depondo suas forças aos grupos de **Shoen**, e jurisdições provinciais sobre os quais eles reinavam desapareceram completamente, desintegrando todo o poder real central no Japão. (6)

Em comparação com o feudalismo europeu, ANDERSON expressa as seguintes opiniões:

O feudalismo europeu sempre foi abundante em disputas interfamiliares e caracterizado por extrema litigiosidade; o feudalismo japonês, entretanto, não só careceu de qualquer tendência legalista, mas seu arranjo quase-patriarcal tornou-o mais autoritário pelos direitos paternos extensivos de adoção e deserdação, que efetivamente reprimiram a insubordinação filial do tipo comum na Europa. Por outro lado, o grau de bem estar feudal, com seu prêmio sobre o valor e habilidade dos cavaleiros armados, era tão inteiramente notório como na recente Europa medieval durante essa época. Era constante a luta feroz entre principados "**da imyo**" (feudos) rivais. Além disso, nos espaços deixados

pela fragmentação política do Japão, cidades mercantis autônomas reminiscentes das da Europa medieval, Sakai, Hakata, Ôtsu, Ujiyamada e outras - tiveram condições de aparecer: o porto de Sakai (atual cidade de Osaka) viria a ser chamado de Veneza Oriental pelos viajantes jesuítas:"(7)

Após uma série de guerras civis, na segunda metade do século XVI, o Japão foi unificado pelos principais "daimyo", ou seja, pelos sucessivos comandantes militares - Oda Nobunaga, Toyotomi Hideyoshi e Tokugawa Ieyasu.

É de suma importância acrescentar que, mesmo após a unificação, a dinastia imperial sempre foi mantida como um símbolo religioso de legitimidade, fazendo a parte do sistema feudal. E outro aspecto a acrescentar é que a população foi dividida em quatro ordens sociais - bushi (nobres ou guerreiros), noumin (camponeses), kougai-shokunin (artesãos) e shounin (comerciantes), criando-se assim quatro classes sociais que vão permanecer no cenário durante quase três séculos.

Na batalha de Sekigahara, no ano de 1600, Tokugawa Ieyasu, um dos mais famosos governantes da história japonesa, eliminou de vez as guerras civis que haviam durado muito tempo. Inaugurou uma era de paz interna que durou mais de 250 anos no Japão, fechando a porta para a Europa, que estava no processo da Revolução Industrial.

MOORE Jr (1983)⁽⁸⁾ faz as seguintes colocações sobre o assunto:

"A principal idéia política do xogunato Tokugawa era estática: a manutenção da paz e da ordem. A sociedade estava nitidamente dividida em governantes e governados. Os últimos eram, na sua maioria, camponeses, que as classes guerreiras governantes

consideravam principalmente como instrumentos para trabalhar a terra e pagar impostos para seu benefício. Em troca, quando o sistema estava funcionando bem, os camponeses recebiam benefícios de, pelo menos, uma módica segurança econômica e justiça política. Tanto quanto possível por meio de uma série de dispositivos que iam desde os severos editos suntuários até o afastamento do Japão de, praticamente, todos os contatos com o mundo exterior, entre 1639 e a chegada do comodoro Perry, em 1854, os governantes tentaram reprimir quaisquer influências que pudessem minar a ordem prevalecente. Os mercaodres das cidades, tornaram-se uma das principais fontes de ruptura e de preocupação para os governantes"

Na base do conjunto do sistema feudal japonês, pode-se dizer que existem alguns fundamentos que possuem uma formação especificamente japonesa. Assim, pretende-se colocar algumas características no setor da agricultura, que serviu como fonte da acumulação mercantil para, posteriormente, criar as condições de uma rápida expansão do capital nas cidades.

1) inicialmente, os camponeses eram juridicamente ligados à terra e estavam proibidos de migrar ou trocar suas propriedades. E, estatisticamente, a média das terras camponesas era extremamente pequena em relação aos tributos que eram obrigados a pagar, que eram cerca de 40% a 60% do produto - apenas dois ou três acres -, e as aldeias eram coletivamente responsáveis por seus tributos, que eram colhidos pelos funcionários dos **Daimyo**. Mas, no início da era Tokugawa, o montante dos tributos foi diminuído para 30 a 40%.

2) Após a instalação do Shogunato Tokugawa, os métodos de tributação de extração do excedente fixados permitiram a elevação da produção. A irrigação foi intensificada e, em consequência, a área plantada de arroz foi

ampliada. E os fertilizantes, usados mais largamente, permitiram uma acentuada variação de culturas.

3) A população aumentou em 50%, para em torno de 30 milhões em 1721. Mas, posteriormente, o crescimento demográfico estabilizou-se, pela necessidade de afastar a fome da grande maioria da população camponesa, praticando-se certo controle populacional.

4) Por outro lado, no último período Tokugawa vai surgindo gradativamente uma comercialização mais intensiva da agricultura. O excedente de arroz extraído pelos tributos senhoriais foi fundamentalmente monetarizado pela classe feudal nas cidades. Ao mesmo tempo, algodão, açúcar, chá, tabaco ou outros produtos de especialização regional começam a ser produzidos diretamente para o mercado. E, no final do séc. XVIII, uma proporção excepcionalmente alta da produção agrícola era comercializada, seja diretamente pela produção camponesa, seja indiretamente, através da venda de arroz proveniente do sistema tributário.

5) A invasão de uma economia monetária nas aldeias, além das suas diferenciações existentes, desde o início, de tamanho das propriedades, trouxe também uma diferenciação muito intensa das riquezas e, conseqüentemente, diferenciação social entre os camponeses. A ampliação da agricultura comercial intensificou muito o poder do grupo tradicional de proprietários. Embora a venda ou compra de terras eram tecnicamente ilegais na época, os camponeses pobres eram obrigados a entregar desesperadamente suas terras quando as colheitas eram baixas e os preços eram inseguros. Desta forma, nasceu dentro da economia rural, durante o século XVIII, um segundo estrato explorador, servindo de intermediário entre o funcionamento senhorial e a produção, "Dinushi" ou proprietários usuários aumentando suas riquezas através do financiamento de novos cultivos empreendidos por subarrendatários ou a mão-de-obra assalariada.

6) Enquanto isso, na sua economia agrária, desenvolveram os importantes centros urbanos, Osaka e Edo (atual Tóquio), sob o forte controle dos "**Bakufu**" (magistrados) encarregados da administração das cidades, e o estabelecimento do sistema "**Sankin-Koutai**"⁽⁹⁾ criou agilidade no mercado de consumo, principalmente no consumo de bens de luxo pelas aristocracias superiores que acompanharam o sistema. Construíram-se acima de seiscentas residências em volta da construção suntuosa dos grandes senhores **Daimyo**, na capital Tokugawa. Essas residências, na verdade eram propriedades compostas espalhadas, e as maiores podiam atingir quatrocentos acres (1 acre = 4.047m²) de extensão, incluindo mansões, gabinetes, quartéis, escolas, estábulos, ginásios, jardins e até prisões. A grande aglomeração urbana de Edo era um sistema concêntrico: as residências dos grandes **Daimyo** eram cuidadosamente distribuídas ao redor do vasto palácio-fortaleza ou castelo do próprio Shogunato, no centro da cidade.

7) Para sustentar os custos enormes desse sistema de consumo feudal compulsório, os governos burocratas dos **Daimyo** eram obrigados a converter suas rendas-tributos, extraídas da maior parte dos camponeses em espécie, em rendas-monetárias. A monetarização das rendas feudais preparou as condições para uma rápida expansão do capital mercantil nas cidades.

8) A classe "**cho-nin**" de residentes urbanos era legalmente proibida de adquirir terra agrícola e conseqüentemente impedindo que o seu capital fosse utilizado para obter a propriedade rural. Isso causou o rápido crescimento de fortunas puramente urbanas. As companhias "**cho-nin**" nas cidades acumularam capital através da comercialização do excedente agrícola, de serviços de transporte, principalmente de navegação costeira, transação de troca⁽¹⁰⁾, manufaturas de têxteis, porcelana ou outras mercadorias, empresas madeireiras e de construção e empréstimos aos senhores **Daimyo** do shogunato. Algumas casas comerciais transformaram-se em agentes

financeiros e fontes de crédito para os importantes senhores territoriais.

9) A expansão da comercialização da agricultura, acompanhada por uma migração massiva ilegal para as cidades, permitiu uma ampliação extensiva do mercado urbano. Durante o século XVIII, Edo deve ter tido uma população de mais de um milhão (11). No entanto, o resultado foi a criação de dificuldades crônicas tanto para Bakufu Tokugawa como para os governos Daijyo (han), que se endividaram cada vez mais com os empréstimos em troca de suas rendas fiscais.

10) Por outro lado, o fechamento da relação comercial que se iniciou a partir de 1630, pelo isolacionismo de Tokugawa, exceto com a Holanda e a China, foi grande motivo do entrave para o desenvolvimento do capital mercantil do Japão, frustando qualquer possibilidade de uma transição para o modo capitalista de produção propriamente dito dentro da estrutura. (12)

O grande "boom" metropolitano causado pelo sistema "**Sankin-koutai**" chegou ao fim, com um fracasso da vitalidade comercial, junto com a diminuição da população como um todo, no início do século XIX, e criou uma situação de fome nas cidades e nos campos, provocando o cenário de desespero e de revolta.

O próprio governo Tokugawa não tinha mais qualquer superioridade sobre as forças reacionárias que vinham surgindo no interior do país, e a entrada da força ocidental, o impacto do imperialismo ocidental representado pelo comodoro Perry, em 1853, provocou definitivamente o fracasso da era Tokugawa.

Uma agressiva invasão das armadas americana, russa, britânica, francesa e outras, exigiu o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas. A nítida superioridade militar do poder tecnológico dos ocidentais e a incapacidade de justificar suas retira-

das, provocaram a revolta e a subversão armada contra si próprios. E, no cenário da economia-política em transição do governo da época.

"(...) o advento do comércio exterior em larga escala, portanto, forçou o **Bakufu** (governo) a desvalorizar vertiginosamente o conteúdo metálico real de suas moedas e a emitir papel-moeda, enquanto a demanda externa por produtos-chave locais - seda, chá e algodão - se elevou às alturas. O resultado foi uma catastrófica inflação doméstica: o preço do arroz quintuplicou entre 1853 e 1869, causando intensos tumultos populares nas cidades e nos campos. A burocracia shogunal, embaraçada e dividida, foi incapaz de reagir com qualquer política clara ou decisiva aos perigos que então a pressionavam. O lamentável estado de seu aparato de segurança se revelou quando o único líder resolutivo que o **Bakufu** produziu em sua última fase, Ii Naosuke, foi assassinado por samurais xenófobos em Edo, em 1860. Dois anos depois, outro atentado obrigou seu sucessor a renunciar. Os feudos Tozama do sudoeste - Satsuma, Chōshū, Tōssā e Saga -, por sua posição estrutural sempre antagonistas do **Bakufu** foram então encorajados a passar à ofensiva e conspirar por sua derrubada."⁽¹³⁾ (relato de ANDERSON)

Mas, na realidade, o objetivo crucial dessas tropas era restaurar, através da derrubada do governo shogunato de Tokugawa, uma era de autoridade imperial que foi usurpada pelo shogunato. E, assim, a queda do shogunato significou o fim do feudalismo e o início do Estado Unitário Meiji, que significa também o início da modernidade na sociedade capitalista industrial.

Um dos mais importantes passos para criação de um governo central ocorreu, em 1869, quando os ex-reacionários ou os grandes feudos do Sudoeste voluntariamente ofereceram os seus territórios ao trono,

o que significa uma redistribuição de poder do sistema feudal. Mas MOORE Jr., analisa que:

"Um ponto ainda mais importante era o receio, por parte desses feudos, de que, não tomando essa decisão conjunta, qualquer grupo de governantes provinciais ocupasse o lugar de Tokugawa. O próprio Satsuma alimentava exatamente essas ambições."⁽¹⁴⁾

Foi então que, em 1873 implantou-se o sistema de impostos territoriais conhecido com o nome de **Tiso-Kaisei** na vida agrária japonesa, que colocou mais uma vez os camponeses numa situação de miséria.

Segundo a explicação do TANAKA (1976)⁽¹⁵⁾, o objetivo principal na implantação desse sistema era concretizar a base financeira do governo Meiji. Desta forma, o significado de **Tiso-Kaisei** ficou num posicionamento flutuante e sem sentido aos camponeses, porque com isso evitou a desestruturação do sistema e acabou defendendo apenas o fortalecimento do antigo sistema de concentração de terras nas mãos dos **Dinushi** (os grandes proprietários).

Na realidade, para o novo governo Meiji, o fortalecimento no setor da economia era um assunto primordial para superar a difícil fase de conflitos internos e de revoltas dos camponeses que vinham crescendo a partir do fim da era Tokugawa. Com isso, o sistema de arrecadação de impostos foi dividido em duas fontes: o imposto dos valores da terra convertidos em dinheiro dos proprietários de terra e o imposto dos produtos importados, para incentivar o crescimento dos grandes proprietários, **Dinushi**.

TANAKA diz que, assim, pode-se considerar que as reformas do sistema de arrecadação de imposto eram feita única e exclusivamente para abastecer o setor financeiro do governo Meiji.⁽¹⁶⁾

Generalizando, a reforma do sistema de imposto pela Restauração Meiji, o sistema **Tiso-Kaisei** possuía quatro leis principais:

- 1) Na era Tokugawa, o montante de produção do tributo era medido através do **Koku** (17). E, após a Restauração, a medida era feita através do valor da terra fixado pelo governo.
- 2) O valor do imposto será 3% do total de valor da terra, sem contar a sua produtividade.
- 3) O imposto será pago em dinheiro.
- 4) O pagamento será feito pelo proprietário da terra registrado e possuidor de licença concedida pelo governo.

Percebe-se que, na realidade, não foi feita nenhuma reforma no sentido estrutural da relação entre **Dinushi** (proprietários) e **Kosaku-nin** (arrendatários ou camponeses).

O sistema de **Tiso-kaisei**, principalmente o sistema de pagamento dos tributos convertidos em moeda, criou nos agricultores pobres uma série de dificuldades, obrigando-os a vender não somente a produção, mas, às vezes, até suas propriedades. Os lucros obtidos através da elevação do preço de arroz e a deflação durante e após a guerra Seinan (o conflito interno do qual resultou a Restauração Meiji) serviu como fonte de acumulação do capital primitivo para grandes latifundiários, que serviram como agentes financeiros, assumindo o papel de intermediários entre Governo e agricultores pobres para converter a produção em moeda. Criou-se, assim, um novo sistema na área rural japonesa que durou até o término da Segunda Guerra Mundial: o sistema parasitário dos grandes proprietários (**Ki-sei-Dinushi-seido**).

Por outro lado, nos primeiros anos de Meiji, aconteceram muitas violências no campo. São nessa época, houve mais de 200 rebeliões de camponeses, muito mais do que em qualquer época do período Tokugawa. (18) A principal causa das revoltas era o sistema de novo imposto, pois o imposto era sobre a terra e não sobre o campones como indivíduo; era sobre a capacidade produtora oficialmente determinada pelo governo e não sobre a produção real.

A crise de 1890 foi o início do reconhecimento do problema da **fome** como problema político-social do governo pelo governo.

No início de 1890, houve um aumento brusco do preço do arroz, por causa da má colheita do ano anterior, surgindo, como consequência, os assaltos às lojas de cereais e tumultuos de mais de 2.000 manifestantes nas principais cidades produtoras, que continuaram até julho do mesmo ano. Assim, houve até os registros de mortes por causa da fome nas cidades de Tokio e Kyoto. (19)

Mas, na análise de MOORE Jr., a complexidade do processo de formação e relacionamentos sociais e econômicos da vida agrária japonesa consistem em fatores comportamentais dos agricultores, alegando este que o caráter especial dos laços feudais japoneses ou a lealdade ao senhor eram características primordiais para explicar os fenômenos agrários japoneses.

Por exemplo, para MOORE Jr., o processo que ocorreu no Japão, diferentemente dos países da Europa, não sofreu em larga escala o processo de expropriação dos seus campos, empurrando os agricultores para as cidades e criando grandes propriedades capitalistas. Em vez disso, intensificou tendências anteriores para criação de um sistema de senhores rurais, arrendatários e proprietários independentes. Dessa forma, mesmo com o

significativo aumento dos conflitos e as revoltas registradas nessa época, isso não significou uma revolução camponesa: significou muito mais uma resistência à transição do sistema agrário pré-moderno para o novo sistema. E acha que as rebeliões poderiam ter sido mais graves. Para ele, as manifestações foram de forma tímida, incapazes de desafiar a ordem antiga:

"As razões da ausência de um sério desafio intelectual estão profundamente enterradas na história japonesa, mas fazem, parte do mesmo fenômeno. Os desafios intelectuais e sociais, que fizeram as revoluções burguesas ocidentais, eram fracos ou inexistentes. Finalmente, e talvez mais importantes do que todo o resto, através de toda a transição e ao entrar na era da sociedade industrial, as classes dominantes conseguiram deter e afastar as forças demembradoras que provinham dos camponeses. Não só houve revolução burguesa, como também não houve revolução camponesa." (20)

Assim, através da explicação feita por MOORE Jr., o advento do capitalismo não revolucionou nem desintegrou a agricultura japonesa. Dessa forma, em outras palavras nos fatores políticos, as classes dominantes sempre conseguiram extrair seus benefícios através da especificidade histórica da situação dos camponeses japoneses.

MOORE Jr., faz os seguintes comentários, mostrando que, entre 1873 e 1885, o senhor rural ficava com dois a três quintos do produto da terra, e nos anos posteriores, mesmo com as alterações institucionais que se processaram, não ocorreu nenhuma mudança da situação:

"Por volta de 1937, os senhores rurais japoneses vendiam 85% das suas colheitas, que adquiriam principalmente através do pagamento em espécie por parte dos seus arrendatários. Medidas em termos de dinheiro, as rendas dos campos de arroz au-

mentaram mais de 50% nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. Com o sistema que prevaleceu entre as duas guerras mundiais, o arrendatário entregava metade da sua colheita ao senhor rural. Tudo o que o arrendatário recebia em troca era o uso da terra, visto que fornecia todo o Capital" (21)

A interferência direta do governo nas relações dos **Dinushi e Kosaku-nin** processou-se só durante a Segunda Guerra Mundial, obrigando a reduzir o lucro dos grandes proprietários para aumentar a produtividade de alimentos e alterando o quadro das relações de imposto que passou a ser pago diretamente dos **Kosaku-nin** para o governo. E, depois da Segunda Guerra, em 1946, houve uma verdadeira e última Reforma Agrária devido a exigência dos países vencedores, que visavam à eliminação da interferência dos partidos de esquerda. Assim, o governo japonês obrigou os **Dinushi** a venderem suas terras através de decreto e posteriormente distribuiu para os **Kosaku-nin** com preço simbólico, determinando o tamanho máximo da propriedade dos agricultores de: Naichi (as principais províncias) 1 chō - mais ou menos 0,9 ha. e Hokkai-do (província localizada ao norte do Japão) 4 chō - mais ou menos 3,6 ha. (22)

Assim, a relação entre os **Dinushi** e os **Kosaku-nin** será eliminada definitivamente da vida agrária japonesa somente após a Segunda Guerra Mundial.

Juntamente com o problema rural, o problema urbano também passa a ser um dos problemas da política social da época, a partir da Primeira Guerra Mundial, quando o capital japonês começou a manifestar-se no cenário internacional, forçando o passo do desenvolvimento industrial.

INOUE (1988) (23) comenta que os problemas dos trabalhadores começa a surgir no cenário político a partir de 1886, quando mais de 150 trabalhadoras resol-

veram entrar em greve na fábrica de têxteis, na cidade de Koufu, protestando contra o aumento da jornada de trabalho. E transformou-se numa notícia de primeira página, em outubro de 1889, quando mais de 300 trabalhadoras fizeram uma greve de alguns dias, pedindo o aumento do salário, numa fábrica de fiação na região metropolitana de Osaka.

A partir dessa época, começou a circular no meio dos intelectuais japoneses uma revista, "**Koku-min-no-tomo**" (O amigo do povo), apresentando alguns fatos sobre o socialismo e os partidos socialistas do ocidente, imprimindo, na íntegra, a notícia sobre a primeira concentração do 10 de maio realizada no Ocidente em 1890.⁽²⁴⁾

Mesmo com esses acontecimentos, na realidade, não havia nem uma base social que possibilitasse o surgimento do partido socialista no Japão, ainda nessa época. Mas, por outro lado, era suficiente para criar medo nos partidos de oposição, que faziam parte do governo que visava à política expansionista.

Em contraposição aos problemas de trabalho, principalmente no sentido de combate aos grupos de esquerda, foi publicado um artigo sobre a Teoria do Excedente Populacional (jinkou-Kajou-ron), num jornal da linha do governo "Tokyo-Nichinichi-Shimbun", em 30 de abril de 1891:

"O fato estranho que se processa na cidade metropolitana, recentemente, é o aumento do número da mão-de-obra feminina. (...) É o resultado do aumento demográfico do nosso país. Assim, é necessário que se tomem imediatamente algumas medidas, incentivando a política de colonização ou a política de controle populacional. Caso não se tome a medida com urgência, com certeza, haverá no futuro próximo, um confronto difícil com os partidos socialistas ou comunista."⁽²⁵⁾

A pesquisa feita por NAGAI, em 1931, comenta que a população japonesa anterior à Reforma Taika, em 646, era aproximadamente de 3 a 5 milhões de habitantes, e no século XII, este número aumenta para 10 milhões. E, no fim do século XII, quando o Shogunato Ashikaga perdeu o seu poder e começa o processo de expansão do feudalismo no campo, a população japonesa dobrou para 20 milhões. Não houve transformação arrebatadora desse número até o fim da era Tokugawa, que não ultrapassou de 25 a 33 milhões durante muitos séculos por causa da prática do controle (aborto e infanticídio) e sucessivos conflitos internos. (28)

Porém, em 1872, quando foi organizado pela primeira vez no Japão, o sistema de registro de nascimento, a população japonesa era de cerca de 33 milhões. A partir de então, mostra um progressivo aumento de 10 em 10 anos, até 1925.

TAB. 01 A POPULAÇÃO JAPONESA: 1880-1925

ANO	POPULAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO
1880	38.166.000	1910	49.066.000
1890	40.353.000	1920	55.391.000
1900	43.785.000	1925	59.179.000

FONTE: NOGUEIRA, Arlinda R., 1937

Através de um progressivo aumento demográfico Taisuke Itagaki, o presidente do partido Liberal (Diyū-tō) - o partido defensor do governo -, escreveu um livro sob o título de "Shokumin-Ron" (Teoria de Colonização) em 1892, explicando a necessidade da políti-

ca de colonização, dizendo que a colonização é uma necessidade, porque um país como o Japão, que tem seu destino traçado para competir com as demais potências, não se deve atrasar em buscar expandir os direitos marítimo e comercial no Oriente. Dessa forma, em 1893, foi criada a Shokumin-Kyokai (Associação Colonizadora) pelo visconde Takeaki Enomoto e os grandes empresários japoneses. (27)

Pode-se perceber que os acontecimentos se sucederam como respostas do governo perante o problema do trabalho, portanto contra o fortalecimento dos partidos de esquerda. Ao mesmo tempo, percebe-se que, para o governo Meiji, o problema demográfico, o aumento progressivo da população era visto como o recurso para alcançar a idéia do expansionismo, o **Nihon-shugi** (versão japonesa do patriotismo e culto ao imperador que mais tarde se transformará no facismo japonês).

Do ponto de vista do desenvolvimento capitalista japonês, muitos estudiosos do assunto comentam que o desenvolvimento, no verdadeiro sentido, se deu a partir da Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), com a característica de uma política expansionista e imperialista.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 - STANIFORD, Philip. 'NIHON NI ITEMO SHOGA NAI' in Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil por SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. São Paulo: Vozes/USP, 1973. p. 33
- 2 - ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense. 2. ed. 1989. p. 433
- 3 - idem, p. 434
- 4 - ibidem, p. 434-435
- 5 - ibidem, p. 435
- 6 - ibidem, p. 437
- 7 - ibidem, p. 438
- 8 - MOORE Jr., Barrington. As Origens Sociais da Ritadura e da Democracia. Lisboa: Cosmos. 1983. p. 231
- 9 - O sistema Sankin-Koutai era destinado a assegurar uma vigilância permanente sobre a conduta dos nobres regionais e impedir ações independentes deles em suas cidadelas. Para isso, os nobres regionais eram obrigados a manter uma residência alternativa na Capital, Edo, para onde eles mesmos tinham de se deslocar a cada dois anos ou a cada seis meses.
apud in ANDERSON, Perry, op. cit., p. 442
- 10 - Havia cerca de trinta moedas correntes importantes em circulação nesse período, desde as cédulas emitidas pelos governos regionais até as moedas metálicas do Bakufu, o governo do shogunato.
apud in ANDERSON, Perry, op. cit., p. 450
- 11 - ANDERSON, Perry. op. cit. p. 450
- 12 - idem, p. 445-451
- 13 - ibidem, p. 457

- 14 - MOORE Jr., Barrington, op. cit., p. 246-247
- 15 - TANAKA, Akira. Meiji Ishin, The Great History of Japan 24. Tokyo: Shogakkan. 1976. p. 289 (original em língua japonesa)
- 16 - idem, ibidem, p. 289
- 17 - Um koku equivale a pouco menos de 5,2 acres americanos. O fato de um feudo estar registrado por 70.000 koku não significa que o senhor recebesse toda essa quantidade como rendimento anual, mas simplesmente que a terra era teoricamente capaz de produzir essa quantidade de arroz (1 acre = 4.047 m²) apud in MOORE Jr., Barrington, op. cit., p. 232.
- 18 - MOORE Jr., Barrington, op. cit., p. 256
- 19 - INOUE, Kiyoshi. NIHON NO REKISHI. Tokyo: Iwanami 1988. p. 15 (original em língua japonesa)
- 20 - MOORE Jr., Barrington, op. cit., p. 299
- 21 - idem, ibidem, p. 283
- 22 - KODAMA, Yukio. ZUSETSU NIHON BUNKA-SHI TAIKEI Nº 13 GUENDAI. Tokyo: Shogakkan. 1958. p. 86
- 23 - INOUE, Kiyoshi, op. cit., p. 16-17
- 24 - idem, p. 17
- 25 - ibidem, p. 23 (traduzido pelo autor deste trabalho)
- 26 - NAGAI, Ryo. Jinkou-Ron, Gendai Keizaigaku Zenshu nº 22. Ed. Nihon Hyo Ron Sha, 1931 p. 183 (original em língua japonesa)
- 27 - INOUE, Kiyoshi, op. cit. p. 24